

Abordagens participativas em pesquisa: agir em favor do diálogo e da inclusão

WALLERSTEIN, N; DURAN, B. Oetzel J.; MINKLER, M. **Community-Based Participatory Research for health: advancing social and health equity.** 3 ed. San Francisco, CA: Jossey-Bass, 2018. 480 pp.

Por Rosilda Mendes¹

Resenha recebida: novembro de 2018.

Resenha aprovada: janeiro de 2019.

Frente aos inúmeros e complexos desafios de abordar e enfrentar a desigualdade e a injustiça social em nossas sociedades temos reexaminado constantemente os referenciais teórico-metodológicos que orientam nossas pesquisas e práticas no campo da saúde. Deparamo-nos frequentemente com limites, próprios de paradigmas clássicos, que reforçam a especialização e os recortes, cada vez mais compartimentados. Somos por isso, instigados a percorrer outras trajetórias que produzam sinergias, desejo de inovação e criatividade e a apostar em metodologias informadas por princípios da inclusão, em favor do diálogo entre os sujeitos envolvidos e implicados no processo de pesquisar.

Estes podem ser considerados pilares metodológicos do livro *Community-Based Participatory Research (CBPR) for health: advancing social and health equity* organizado por Nina Wallerstein, Bonnie Duran, John G. Oetzel e Meredith Minkler. A “Pesquisa Participativa Baseada na Comunidade (CBPR)” surgiu nas últimas décadas

como uma pesquisa alternativa que coloca em análise as relações entre acadêmicos, profissionais e pessoas das comunidades, baseada em princípios de aprendizagem compartilhada e com o explícito compromisso de incorporar teorias participativas em pesquisa em saúde (WALLERSTEIN; DURAN, 2006). Mais do que um conjunto de métodos de pesquisa, a CBPR é uma orientação para pesquisas que, no decorrer dos anos, foi se aperfeiçoando como uma necessária ferramenta participativa ao enfrentamento das desigualdades em saúde, que além de sistemáticas, são também injustas.

Em sua terceira edição, publicada dez anos após a segunda edição, o livro apresenta pesquisas e práticas de CBPR recentes, discutidas em seus 23 capítulos divididos em sete partes, que destacam a importância de realizar pesquisas e intervenções “com” comunidades no lugar de investigações “para” ou “em” comunidades. A pesquisa e a intervenção deixam, assim, de ser produção de conhecimento de um sujeito sobre um objeto, para ser uma ação de “estar com”. Os capítulos discutem casos ou, como preferem os editores nominar, “práticas promissoras”, organizadas em torno do modelo conceitual do CBPR. Práticas promissoras, na língua portuguesa, podem ser consideradas aquelas alvissareiras, favoráveis, futuras, auspiciosas, esperançosas. É dessa potente perspectiva e, com uma aguçada lente, que propomos a leitura dessas experiências.

São estudos que ilustram a importância do contexto social, práticas de parceria e o valor do envolvimento de sujeitos interessados no desenvolvimento de intervenções e projetos de pesquisa. Abordam, sobretudo, temas críticos e de atual relevância na contemporaneidade, como o racismo, poder, confiança, privilégio, ecologia social, participação de jovens na pesquisa participativa; processos avaliativos participativos, dentre outros, e aprofunda, sobremaneira, os valores da equidade em saúde e justiça social. Recorremos como afirmam os editores, “à sabedoria” das experiências de pesquisas participativas, de pesquisa-ação, de pesquisa-ação-participativa.

pativa, empreendidas por acadêmicos e pesquisadores do mundo todo, América Latina, Ásia, África, Canadá, Europa, Estados Unidos da América, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e outros países.

Na Parte 1, os Capítulos 1, 2 e 3 apresentam os antecedentes históricos e princípios do CBPR, teorias de ação e pesquisa participativa, tendências emergentes da democracia do conhecimento; a Parte 2 examina nos Capítulos 4 e 5 o tema do poder, confiança e diálogo em comunidades diversas; a Parte 3 e seus Capítulos de 6 a 9 introduzem o modelo conceitual do CBPR e práticas promissoras aportadas por ele; a Parte 4 e os Capítulos de 10 a 13 destacam as práticas promissoras em intervenções e desenhos de pesquisa; a Parte 5 e os Capítulos de 14 a 16 trazem a experiências de práticas promissoras relacionadas às questões éticas; a Parte 6 e seus Capítulos de 17 a 19 introduzem as experiências e temas relacionados a avaliação de práticas promissoras; e, por fim, a Parte 7 e os Capítulos de 20 a 23 discutem as práticas promissoras no campo de políticas públicas saudáveis. Os 13 Apêndices fornecem valiosas ferramentas e aplicativos que contribuem para que pesquisadores e interessados no método possam colocar alguns aportes centrais deste livro em prática. São pistas que apoiam o compartilhamento da discussão de princípios da CBPR, instrumentos de monitoramento e avaliação, métodos de análise de políticas, ferramentas de mapeamento de poder, etc.. Em suma, uma centena de autores compartilha conosco seus aprendizados, suas experiências sociais em pesquisas e práticas de CBPR, com abordagens que fundam a análise crítica das práticas.

Evidentemente, a intenção dos autores não é escrever regras e prescrições, o que significaria uma contradição com tudo o que é defendido ao longo desses capítulos. Pelo contrário, o que interessa aqui, de acordo com o espírito deste livro, é desafiar pesquisadores a lidar com certos aspectos e valores, insistindo, como nos ensina Paulo Freire, “que há sempre algo diferente a fazer na nossa experiência, quer dela participemos como aprendizes, e, portanto ensinantes, ou como ensinantes e, por isso, aprendizes também” (FREIRE, 2001, p. 260).

Mariotti (2000, p. 27-28) nos lembra de que “a atual ‘glorificação’ da competitividade beira o alucinatório” e que devemos nos atentar para os modos de vida que provocam cada vez mais exclusão social. Para que possamos tomar uma posição menos equivocada da “competitividade” é preciso reexaminar, segundo ele, três aspectos, que em geral, têm sido ignorados pelas “vantagens competitivas”: a ética, a política e a solidariedade. Qualquer discussão que deixar de lado essas dimensões estará incompleta. Nessa direção, consideramos este livro uma rara oportunidade de reexame de nosso “poder-fazer”, ou seja, de colocar em ato nosso protagonismo “militante”, coletivo, e tomar como desafio o caráter inventivo da ciência, que a coloca em um permanente movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas que exigem práticas de investigação mais sinérgicas, comprometidas com a inclusão e justiça social.

Referências

FREIRE, P. Carta de Paulo Freire aos professores. *Estudos avançados*, São Paulo, v.15, n. 42, p. 259-268, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000200013&lng=en&nrm=i-so>. Acesso em: 21 nov. 2018.

MARIOTTI, H. *As paixões do ego*. Complexidade, política e solidariedade. 2 ed. São Paulo, Palas Athena, 2000

WALLERSTEIN, N.; DURAN, B.. Using Community Based Participatory Research to Address Health Disparities. *Health Promotion Practice*, v.7, n. 3, p. 312-323, July 2006.

Nota

- 1 Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) - campus Baixada Santista. Brasil. E-mail: rosilda.mendes3@gmail.com